



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

10/07/2017 ATÉ 10/07/2017

INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 BLOG DO DE SÁ.....	1
2	CEMULHER	
	2.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	2
	2.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	3
	2.3 INTERNET - OUTROS.....	4
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	5
4	CONVÊNIOS	
	4.1 IMIRANTE.COM.....	6 7
	4.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	8
5	CORREGEDOR (A)	
	5.1 SITE SUA CIDADE.....	9
6	DECISÕES	
	6.1 SITE SUA CIDADE.....	10
7	DESEMBARGADOR	
	7.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	11
8	JUÍZES	
	8.1 BLOG DO MINARD.....	12
9	PRECATÓRIOS	
	9.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	13
10	PRESIDÊNCIA	
	10.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	14
	10.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	15
	10.3 SEM ASSUNTO.....	16
11	PROCESSO SELETIVO	
	11.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	17
12	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	12.1 BLOG DO MINARD.....	18
	12.2 INTERNET - OUTROS.....	19
	12.3 PÁGINA 2.....	20
	12.4 SITE DO GOVERNO DO ESTADO.....	21
	12.5 SITE O ITAQUI.....	22
13	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	13.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	23
14	VARA CRIMINAL	
	14.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	24
	14.2 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	25
15	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	15.1 BLOG DA KELLY.....	26

Defensoria Pública do Maranhão registra quase 600 casos de violência contra idosos no primeiro semestre

10/07/2017 17:01:01

A foto é do caso da dentista e professora aposentada sendo agredida pelo filho advogado que está preso. Foi um dos casos que causou indignação e revolta.

Nos primeiros seis meses de 2017, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) contabilizou 589 casos de abuso contra idosos, registrados pelo seu Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi). Figuram entre os casos de maior incidência a negligência, as violências física, psicológica e financeira, a autonegligência e o abandono. Os números foram destacados durante a abertura do Seminário "Conhecendo a Remadi e suas ramificações - O direito do idoso à justiça e direitos humanos pede passagem".

O evento, realizado nesta segunda-feira (10), no Fórum Sarney Costa, em parceria com Corregedoria Geral da Justiça, marcou ainda o encerramento da Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que este ano teve como tema "O direito do idoso pede passagem".

O defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, destacou a necessidade de fortalecimento das redes de proteção com vistas à criação de mecanismos de defesa da população idosa. "A participação da Defensoria Pública não é apenas na garantia de direitos, mas também na animação da rede de proteção desse segmento. Queremos que ela se fortaleça e capilarize seu trabalho de sensibilização dentro do maior número de instituições possível, oportunizando a valorização contínua do idoso", disse.

Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ/MA), o desembargador Cleones Cunha, falou sobre a importância da adesão da sociedade como auxiliar das leis estabelecidas que garantem direitos à pessoa idosa. "Todos estamos aqui por amor à causa de respeito aos direitos e de valorização do idoso. Este é o motivo da união de todos nessa grande rede que promove este seminário. Fico feliz em estar aqui e encontrar pessoas motivadas pelo mesmo ideal. Óbvio que a lei garante direitos aos idosos, mas se não houver amor à causa, não adianta o argumento legal", disse.

Palestra - O encerramento da campanha foi marcado pela palestra da juíza Oriana Gomes que abordou o tema "O direito dos idosos para a Justiça e direitos humanos", destacando as diferenças ou indiferença de gênero, raça, etnia e classe social; construção da igualdade combatendo a discriminação, a igualdade e o papel do Estado no estabelecimento de diretrizes.

Também estiveram presentes no evento a corregedora-geral da Justiça, a desembargadora Anídes Cruz, o titular do Núcleo de Defesa do Idoso, Portador de Deficiência e da Saúde, da DPE, o defensor Cosmo Sobral da Silva, a coordenadora do Ciapvi e presidente da Associação Nacional de Gerontologia do Maranhão, Isabel de Fátima Lopizic, além de representantes do Fórum das Entidades Maranhenses de Defesa e Direito do Idoso, dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos do Idoso, da Associação Nacional de Gerontologia, dentre outras entidades.

Campanha As atividades duraram cerca 40 dias, entre palestras, seminários, panfletagens e vários outros eventos que envolveram dezenas de atores que compõem a Rede de Proteção da Pessoa Idosa maranhense. A campanha, promovida anualmente pela DPE e parceiros, marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho, e tem como objetivo discutir estratégias de promoção de políticas públicas que oportunizem um envelhecimento digno, saudável e sem violência.

Fonte: Ascom- DPE-MA

Francisca Primo parabeniza TJMA pela 2ª Semana de Valorização da Mulher

08/07/2017 22:02:06

Em pronunciamento feito na tribuna na sessão da última quinta-feira (6), a deputada Francisca Primo (PCdoB) parabenizou o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão na pessoa do presidente, desembargador Cleones Cunha e da presidente da Coordenação da Mulher em situação de violência doméstica e familiar - CEMULHER - desembargadora Ângela Salazar, pelo empenho na luta da violência contra a mulher.

A deputada - que frisou a sua participação hoje pela manhã na abertura da Segunda Semana Estadual da Valorização da Mulher do Tribunal de Justiça -, afirmou ser de fundamental importância estas ações durante essa semana, para chamar ainda mais a atenção da sociedade - poder público e sociedade civil - para combater a violência contra a mulher. *"Juntos podemos combater essa violência e me atrevo a dizer que podemos, sim, um dia chegar a erradicar essa enfermidade que nos assombra dia a dia"*, disse, lembrando que a semana teve início e terá diversos eventos no decorrer da semana com atividades informativas e socioeducativas.

"Eu fiquei muito feliz que o Tribunal de Justiça colocou em vigor a lei que obriga as empresas contratadas pelo Tribunal a destinar 5% das suas vagas de empregos para as mulheres em situação de violência. Também foi muito gratificante ouvir do presidente do Tribunal de Justiça, que até em 90 dias implantará a Segunda Vara de Enfrentamento à Violência Doméstica no Estado do Maranhão. Mais uma vez quero deixar os meus parabéns ao doutor Cleones e à desembargadora Ângela Salazar", finalizou a deputada.

Projeto NINAR

Na última terça-feira, 4, Francisca Primo também participou do lançamento do projeto NINAR, uma iniciativa do governo do Estado. Também participou da reunião com a secretária Especial de Políticas para as Mulheres, do governo Federal, Fátima Pelares.

Cavalgada abre oficialmente a 49ª Expoimp

08/07/2017 00:00:00

Aproximadamente quatro mil cavaleiros e amazonas participaram da cavalgada, que abre oficialmente a programação da 49ª Exposição Agropecuária de Imperatriz (Expoimp), de acordo com informações da organização. A festa reuniu cavaleiros, amazonas, carroças e muitas outras pessoas que se aglomeraram nas calçadas para verem o desfile, que passou pelas ruas Coronel Manoel Bandeira, Luís Domingues, Amazonas, Avenida Getúlio Vargas e BR -010, totalizando cerca de 10 mil pessoas.

O evento foi marcado por muita tranquilidade e gente bonita, que veio de vários lugares. Régis Pimenta, por exemplo, veio da cidade de Salto da Divisa (MG). Para o fazendeiro, que viajou mais de 2.500 km, a cavalgada é um evento imperdível. "Participo há anos, todo ano eu venho. É uma festa linda, que reúne muitos amigos aqui do Maranhão, Pará e Tocantins", afirmou o fazendeiro que participa juntamente com toda sua família. José Cardoso veio de São Pedro da Água Branca, também não abre mão de participar da cavalgada. "Eu participo desde a primeira edição, que teve apenas 50 cavalos. Hoje, é um evento dessa pujança, muitos participantes. É uma coisa que sinto prazer em fazer, é uma oportunidade de reunir os amigos", afirmou o fazendeiro que estava montado num cavalo tralhado. "A nossa alegria é montar num animal bom e bonito, como está este aqui, bem tralhado", completa.

Para garantir a segurança do evento, foi montado um forte esquema de segurança, que contou com vários órgãos. A Vara da Infância e da Juventude foi um dos órgãos que estiveram presente. "Não tem nenhuma proibição em relação a presença de crianças na cavalgada. Mas estamos atentos, principalmente na questão da bebida alcoólica, proibição da venda. Não só a venda, mas a entrega de bebida para crianças e adolescentes", ressaltou o comissário, Cleverson Lindoso.

A Polícia Militar, também, garantiu a tranquilidade da cavalgada. Ao todo, foram disponibilizados cerca de 130 policiais. "O policiamento está intenso. Policiamento motorizado com motos, viaturas, cavalos e a pé. Priorizamos o policiamento em todo o entorno do evento, durante o evento inteiro", afirmou o tenente Carlos. Para o presidente do Sindicato Rural de Imperatriz (Sinrural), Renato Pereira, o significado da cavalgada para a Expoimp "é um momento único porque reúne os peões das fazendas, os proprietários, seus animais, para desfilarem pela cidade, e participar efetivamente da abertura da Expoimp. É importantíssimo esse evento, porque marca de uma forma tradicional a Expoimp", ressaltou, lembrando que para receber o público, foi montada toda uma estrutura.

A cavalgada também contou a presença da Garota e do Garoto Expoimp 2017. Alice Vieira, que foi eleita a Garota Expoimp, afirmou que participar do evento pela primeira vez é uma honra. "Esta é minha primeira cavalgada. Estar representando nossa cidade me deixa muito feliz", enfatizou a jovem, que apesar de ter nascido em Imperatriz, foi criada em Goiânia.

Contribuição da nossa parceira Angra Nascimento

INSCRIÇÕES PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO ENCERRAM HOJE EM CAXIAS

[10 de julho de 2017 at 13:25](#)

[Nenhum comentário](#)

[Leandro de Sá](#)

Encerram nesta segunda-feira (10) as inscrições para mais uma edição do projeto Casamento Comunitário, que acontece no próximo dia 22, às 17h, no Balneário Veneza. O evento foi regulamentado em portaria do juiz Antônio Araújo Velozo, titular da 4ª Vara de Caxias.

As inscrições estão sendo realizadas nos seguintes locais: Cartório do 3º Ofício (Praça Gonçalves Dias, s/nº. Centro.); Cartório do 4º Ofício (Rua Dr. Berredo, nº 676. Centro) e nas sedes do Centro de Referência e Assistência Social (Cras).

A participação na cerimônia é restrita aos casais com renda familiar mensal de dois salários mínimos. Os interessados em participar deverão apresentar os seguintes documentos, acompanhados de cópia do original:

- certidões de nascimento atualizadas;
- comprovante de endereço da residência;
- Certidão de Casamento anterior com averbação do divórcio, se divorciado;
- Certidão de Óbito do cônjuge, se viúvo;
- Consentimento por escrito dos pais para menor de 18 anos e maior de 16 e;
- Autorização judicial para menor de 16 anos.

Fonte: João Lopes, Portal Noca

Juiz Manoel Aureliano toma posse na Turma Recursal de São Luís

10/07/2017 17:20:15

Posse do Juiz Manoel Aureliano

O juiz de direito Manoel Aureliano Ferreira Neto, titular do 8º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís, tomou posse, na manhã desta segunda-feira (10), como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal da capital.

O juiz foi empossado no cargo pela corregedora geral, Anildes Cruz, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, com a leitura e assinatura do termo de posse, na presença da coordenadora dos juizados especiais do Estado do Maranhão, juíza Márcia Chaves; da juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama e do diretor da secretaria da CGJ, Gustavo Costa Campos.

A juíza Márcia Chaves destacou a trajetória profissional do magistrado, enaltecendo a dedicação, a competência e a capacidade para o trabalho em favor da magistratura. Ressaltou, ainda, a sua valorosa colaboração na promoção da conciliação como alternativa para solucionar os litígios nos juizados especiais.

Em sua saudação, a corregedora apontou as turmas recursais em São Luís como um dos grandes gargalos da Justiça estadual atualmente, devido ao grande volume de recursos contra decisões dos juizados especiais. Ela disse ter certeza de que, juntamente com os demais magistrados, o juiz irá contribuir para amenizar a carga processual existente.

"Seja bem-vindo à Turma Recursal. Conheço a sua fama (do juiz) de gostar de trabalhar e de não medir esforços para a entrega da prestação jurisdicional", disse a corregedora, parabenizando o magistrado pelo ingresso em sua nova jurisdição.

Último a falar, o juiz Manoel Aureliano disse que atua nos juizados especiais há quinze anos e que tem a preocupação de fazer com a Lei nº 9.099/1985 (Juizados Especiais) seja efetivada, inclusive, adotando como sistemática de trabalho a separação entre a audiência de conciliação e da instrução processual. *"Juizado Especial sem conciliação não é Juizado"*, disse. O juiz complementou, ainda, que a decisão do juiz de base só deve ser revisada pelas turmas recursais em casos excepcionais, se necessário.

O post [Juiz Manoel Aureliano toma posse na Turma Recursal de São Luís](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

Primeiro posto de registro civil de nascimento é inaugurado em São Luís

10/07/2017 11:10:22

Posto Avançado de Registro Civil da Benedito Leite foi inaugurado oficialmente em São Luís

Com o objetivo de garantir aos recém-nascidos em hospitais públicos do Maranhão o primeiro direito à cidadania, a certidão de nascimento, o Governo do Estado inaugurou na sexta-feira (7) o Posto Avançado de Registro Civil de Nascimento, na Maternidade Benedito Leite (Centro). A meta é garantir que a mãe já saia da maternidade com o documento de registro do filho, assim ela não precisa ir até um cartório para registrar a criança.

Este será o primeiro posto de atendimento na capital maranhense e o décimo primeiro em todo o Maranhão, que integra a política de combate ao sub-registro da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, Secretaria de Estado de Saúde (Ses), o Comitê Estadual de Combate ao Sub-registro, cartórios e prefeituras municipais.

De acordo com o secretário de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, a instalação do posto é um avanço nas políticas públicas de combate ao tráfico infantil e promoção da cidadania e direitos humanos. "*A criança que sai do hospital registrada poderá ter acesso a outros benefícios sociais e demais políticas públicas, além de coibir a ação de criminosos e possibilitar que em situações mais graves e complexas de saúde, a criança possa ser deslocada para outras unidades*", explicou Francisco. Dentro da pasta estadual, a Sedihpop é responsável pela Coordenação de Promoção do Registro Civil de Nascimento, que atua nas políticas públicas de combate ao sub-registro civil.

Em todo o Maranhão, já foram instalados postos nos municípios de São José de Ribamar, Anajatuba, Bom Jardim, Buriticupu, Pedreiras, Lago da Pedra, Vargem Grande, Chapadinha, Rosário e Coelho Neto. O próximo será na cidade de Codó, no dia 11 de julho. Conforme números do IBGE, cerca de 20,7% das crianças nascidas em 2014 não foram registradas pelas famílias - um total de 27.944 recém-nascidos em todo o estado.

Estiveram presentes na solenidade de descerramento da placa de inauguração do posto, o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves; o secretário estadual de Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula; a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz e demais autoridades.

Na prática, as parturientes são orientadas desde o período do pré-natal sobre a importância e obrigação em registrar o recém-nascido logo após o parto. E em situações nas quais o pai não estiver presente ou não for declarado no documento, o reconhecimento de paternidade poderá ser feito a qualquer tempo de forma gratuita nos cartórios.

A maternidade Benedito Leite realiza, semanalmente, 300 atendimentos. A expectativa do Governo do Estado é

instalar 23 postos de Registro Civil de Nascimento em hospitais que realizam parto em diferentes cidades maranhenses.

Fabiano Bezerra reaparece agora como organizador do "Shopping dos Cavalos"

10/07/2017 11:54:36

Lembram do empresário Fabiano Bezerra?! Aquele arrolado nos escândalos de desvio de recursos públicos no município de Anajatuba, esquema revelado numa reportagem do Fantástico em 2014...

Pois bem, passado esse terremoto na sua vida e após ter superado problemas graves de saúde, o empresário tenta restabelecer a vida, agora não mais no ramo de empresas fantasmas, o setor equestre é a nova área de atuação.

Estima-se que Fabiano possua cerca de R\$ 500 mil em cavalos...

Ainda em 2015, época que o desembargador Tyrone José Silva, do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou busca e apreensão em desfavor de Bezerra, a polícia não conseguiu encontrar os cavalos que Fabiano colecionava.

Hoje os animais estão, obviamente, em nomes de terceiros porque Fabiano ainda enfrenta "sequelas judiciais" e são cuidados em um haras na região de Itapecuru. Curiosamente, um dos cavalos de nome Alemão, segundo estimativa de especialistas do ramo, está avaliado em R\$ 200 mil.

A coleção de Fabiano Bezerra bem como muitos outros cavalos de raças exuberantes, estarão à venda no 1º QM HORSE, MARANHÃO, "Shopping dos Cavalos", que será realizado neste final de semana, nos dias 15 e 16 de julho, no Parque Centauro, em São José de Ribamar.

Senarc prende mais uma traficante foragida em São Luís

A Polícia Civil, por intermédio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), efetuou neste último final de semana, por volta das 19h, a prisão de TIONIZELIA COSTA ROCHA, conhecida por "TIONE", 35 anos.

A prisão se deu em cumprimento à mandado de prisão, expedido pela 1ª vara de entorpecentes de São Luís/MA, decorrente de sentença penal condenatória de 8 (oito) anos de reclusão, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, ocorridos na capital maranhense.

A ação policial ocorreu após denúncia anônima, via aplicativo whatsapp, dando conta que a foragida estava no bairro Centro, local em que foi presa.

Em seguida, foi encaminhada à sede da Senarc, onde foram tomadas as devidas providencias legais quanto à formalização de sua prisão, e depois foi encaminhada ao Centro de Triagem do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

AMMA marca presença na abertura da II Semana Estadual de Valorização da Mulher

Foi aberta oficialmente nesta quinta-feira (6), no Fórum de São Luís, a II Semana Estadual de Valorização da Mulher, promovida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMulher/TJMA), presidida pela desembargadora Angela Salazar. O presidente da AMMA, juiz Angelo Santos, esteve presente no evento, que conta com total apoio da Corregedoria Geral da Justiça, Escola Superior da Magistratura e da Associação dos Magistrados.

A iniciativa visa sensibilizar magistrados, servidores, promotores de justiça, defensores públicos, delegados, advogados, parceiros e a sociedade civil, quanto às questões referentes a gênero, cultura do estupro, empoderamento, a fim de fortalecer o enfrentamento a toda e qualquer forma de violação dos direitos da mulher no Estado do Maranhão. O evento também é uma preparação para a Semana da Justiça pela Paz em Casa idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, enfatizou a importância da Semana, parabenizando a equipe da CEMulher e a todos os magistrados e servidores, envolvidos na organização do evento em diversas comarcas do Maranhão.

"É com iniciativas desse tipo que podemos modificar essa triste realidade da violência cometida contra as mulheres. Parabenizo a todos que participam diretamente dessa campanha, valorizando, respeitando e empoderando as mulheres do nosso Estado. Afinal, nenhuma mulher merece sofrer nenhum tipo de violência, e caso isso aconteça, que ela denuncie aos órgãos competentes", alertou.

Na oportunidade, o presidente Cleones Cunha homenageou o desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf que, enquanto corregedor-geral da Justiça (biênio 98/99), deu início a diversos projetos sociais, de repercussão nacional no âmbito do Poder Judiciário, dentre eles, a instalação da Casa Abrigo, primeira e única casa do Poder Judiciário para acolher mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

"Antes de falarem sobre a Lei Maria da Penha e a valorização da mulher, o desembargador Jorge Rachid já incentivava os juízes no Maranhão a distribuírem materiais informativos contra a violência feminina", frisou.

VALORIZAÇÃO

A desembargadora Angela Salazar abriu a solenidade enfatizando a importância da discussão da questão de gênero na sociedade, do combate à violência feminina, da denúncia dos casos e do engajamento de parceiros nessa luta.

"Queremos despertar a sociedade para o exercício da cidadania, conscientizando a todos sobre a importância de reunirmos esforços na luta pelos direitos das mulheres, pelo empoderamento feminino e pelo fim da cultura do machismo. As estatísticas evidenciam a gravidade da situação e a necessidade de aprimorarmos os mecanismos de enfrentamento à violência feminina. Afinal, é dever do Poder Público criar e implementar políticas públicas para defender e proteger essas mulheres", pontuou a desembargadora.

HOMENAGEM

Durante o evento, a desembargadora Angela Salazar solicitou um minuto de silêncio aos presentes em homenagem à funcionária da Gestor (empresa terceirizada do Tribunal) e ascensorista do Fórum, Andrea Miranda Teixeira, 36 anos, vítima de crime de feminicídio no mês passado, cometido pelo ex-companheiro, Ivar de Matos, com quem convivia há dezessete anos e tinha duas filhas, de 10 e 11 anos.

A mãe da vítima, Ana Paula Miranda Teixeira, funcionária pública, emocionada, agradeceu pela homenagem realizada e afirmou esperar que a Justiça seja cumprida.

"Infelizmente, minha filha já sofria há muitos anos, vítima de violência psicológica e física cometida pelo companheiro, que lhe tirou a vida tão cedo e de uma forma tão brutal. Sempre a incentivei a denunciar, mas ela acreditava que ele um dia iria mudar. Após a morte dela, é que tomamos conhecimento que ela já havia registrado o caso na Delegacia da Mulher, em Santa Rita, onde viveram por anos. Agora, queremos justiça! É o mínimo que nossa família merece", afirmou Ana Paula.

AUTORIDADES

Compareceram ao evento as desembargadoras Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz (corregedora-geral da Justiça) e Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Ângelo Alencar dos Santos; o diretor do Fórum, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim; o procurador-geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; a secretária-adjunta da Mulher, Susan Lucena (representando o governador do Estado, Flávio Dino); a secretária municipal de Saúde, Helena Duailibe (representando o prefeito de São Luís, Edvaldo Holanda); o defensor público-geral, Werther de Moraes Lima Júnior; integrantes da Comissão Especial da Mulher da OAB/MA; além de advogados, promotores, procuradores, juízes e servidores do Poder Judiciário.

TJMA já negou um pedido de reconsideração em ação de pagamento de precatórios

09/07/2017 11:20:33

Em meio à polêmica sobre o sequestro de R\$ 96 milhões das contas do Estado, determinado no fim do mês passado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, o governo Flávio Dino (PCdoB) deu entrada, na semana passada, em um pedido de reconsideração da medida.

Os termos do pedido, protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), não foram divulgados, mas o Estado apurou que, em suas alegações, o Executivo pede um abrandamento da medida, para que seja permitido pagar menos - do valor total devido, TJ determinou o pagamento em seis parcelas.

No mesmo processo, no entanto, o mesmo desembargador já havia indeferido pedido semelhante.

No dia 8 de junho, já depois de o Estado do Maranhão ter sido enquadrado no Regime Especial de Pagamento de Precatórios - o que o obriga a pagar parcelas mensais de mais R\$ 28 milhões -, a PGE protocolou uma petição sugerindo uma nova fórmula de cálculo,. Também naquela ocasião os comunistas tentavam abrandar o valor das prestações. Esta petição está num segundo processo.

Cleones Cunha rejeitou sumariamente os argumentos da PGE, "ante o manifesto descompasso com a norma de regência do Regime Especial", e manteve o valor do aporte mensal a ser repassado ao Tribunal de Justiça, durante o exercício de 2017, para pagamento dos precatórios, no montante de R\$ 28.007.942,19.

Essa decisão foi, então, juntada no dia 22 de junho ao processo em que se determinou o sequestro de R\$ 96 milhões. O mesmo em que, agora, o Estado novamente pede reconsideração.

Marcial Lima lamenta morte de agente penitenciário e adverte Judiciário para soltura de presos perigosos

O líder do PEN na Câmara Municipal de São Luís, vereador Marcial Lima, usou a tribuna da Casa nesta segunda-feira (10) para lamentar o episódio de mais um caso de assassinato na Avenida Litorânea.

O parlamentar fez referência aos disparos de arma de fogo que levaram à morte do agente penitenciário Jorge Luís Lobo da Cunha, 38 anos, que era lotado no Centro de Detenção Provisória (CDP), em Pedrinhas, e foi alvo de mais uma pessoa do submundo do crime que se encontrava em liberdade.

“Quem matou o agente penitenciário (Idael Melo Roxo) tem um histórico e um perfil de criminoso e pode ser um maníaco, e que pode ter matado outro agente penitenciário, no bairro do Anil. Como uma pessoa dessa está em liberdade, tirando a vida de um pai de família, um trabalhador?”, indagou Lima.

Na oportunidade, ele lembrou do assassinato do jornalista Décio Sá. “Tivemos um colega morto na Avenida Litorânea, que foi o jornalista Décio Sá”, complementou.

Marcial destacou o empenho do sistema de segurança, pois logo depois do fato consumado a polícia entrou em ação e conseguiu prender o suposto assassino.

“Que se analise essa soltura de criminosos. Mais de 70% dos crimes de homicídio ou latrocínio são cometidos por alguém que já passou por uma unidade prisional. Fica aqui o alerta ao Poder Judiciário para que possa acompanhar esse caso com muita atenção”, finalizou.

Caxias: 5ª Vara abre seletivo para assessor de juiz

09/07/2017 00:00:00

A 5ª Vara da Comarca de Caxias lançou edital para processo seletivo de assessor de juiz de entrância intermediária. O documento, assinado pela juíza titular Marcela Lobo, explica que o seletivo se destina a selecionar candidatos para o provimento de um cargo, de livre nomeação e exoneração de Assessor de Juiz na entrância intermediária e que a inscrição será gratuita e realizada exclusivamente mediante a entrega de currículo e documentos na secretaria judicial da 5ª Vara, no período de 10 de julho de 2017 a 20 de julho de 2017, das 08h30min às 12h00min.

Com jornada semanal de 40 horas, não incluídos o período relativo ao Plantão Judicial e atividades a que o juiz esteja obrigado, o cargo tem remuneração mensal de R\$ 4.638,18 (quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais e dezoito centavos), mais benefícios. "Cabe ao assessor a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças, gestão de atividades em gabinete; acompanhamento em audiências, entre outras", relata o edital.

Etapas - A seleção consistirá das seguintes etapas: Análise curricular e análise do histórico de rendimento escolar; Prova objetiva; Prova subjetiva, e entrevista, todas em conformidade com o cronograma que integra o edital, em que serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades técnicas dos candidatos para o exercício do cargo de Assessor de Juiz. "No ato de apresentação em todas as etapas o candidato deverá apresentar original de seu documento de identificação civil, Carteira Nacional de Habilitação ou outro documento oficial com foto", ressalta o documento.

Os aprovados para a etapa subjetiva serão convocados para entrevistas, individuais e de caráter classificatório, a ser conduzida pela Juíza titular da 5ª Vara da Comarca de Caxias. As entrevistas abordarão temas relativos ao desempenho da atividade profissional, percepção pessoal do trabalho pelo candidato e disponibilidade para o exercício das funções. A aprovação nas fases anteriores não implica em direito à nomeação ao cargo, sendo esse de confiança, de livre nomeação e exoneração pelo magistrado titular da unidade.

"Os candidatos deverão apresentar-se para a realização de quaisquer das provas do presente certame convenientemente trajados, sendo vedada a utilização de bermudas, trajes de banho, bonés, chapéus, gorros e similares. Deverão ser observadas, ainda, as limitações quanto às vestimentas para ingresso nas dependências do Fórum de Caxias (?) Os candidatos deverão comparecer aos locais da seleção, sempre que convocados, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início. O horário fixado será o horário oficial local de Caxias. Todas as etapas da seleção se realizarão no Fórum da comarca de Caxias, localizado na Av. Norte-Sul, s/n, Campo de Belém CEP: 65608-005, ou, em caso de impossibilidade, em local a ser indicado quando da publicação da convocação", observa o edital do seletivo.

Funções - Compete ao assessor de juiz a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças, a gestão das atividades em gabinete, o preenchimento de relatórios, o atendimento a partes e advogados, o acompanhamento em audiência, consoante estabelecido nas leis, no Código de Normas da Corregedoria do Maranhão e nas determinações do juiz titular da unidade, no que não contrariar os imperativos legais. O edital explica que as provas e a publicação de resultados são de responsabilidade da Juíza Titular da 5ª Vara da comarca de Caxias, obedecendo-se as regras estabelecidas nesse instrumento e consoante o calendário.

Entre outras competências do cargo, destaque para a emissão de informações em procedimentos judiciais e administrativos, a compilação de dados, elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças, classificação, cálculo, indexação, bem como outras tarefas de mesma natureza e grau de complexidade, inserção,

revisão e atualização de dados no Sistema de Controle Processual utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Themis).

Procon/MA e Viva participam da Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, em Trizidela do Vale

Nesta terça-feira (11), o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão (Procon/MA) e o Viva, representado pelo presidente Duarte Júnior, à convite do Tribunal de Justiça da Comarca de Pedreiras, participam da “Campanha de Combate à Violência contra a Mulher”, que será realizada na Praça de Eventos da Baixada, em Trizidela do Vale.

A campanha será realizada entre os dias 11 e 13 de julho, com o tema “Mulher é Pra Ser Respeitada”. O evento tem como objetivo conscientizar as mulheres vítimas acerca de seus direitos, buscando estimulá-las a denunciar os casos de maus tratos, agressões, entre outros.

Durante o evento, serão oferecidos serviços médicos, odontológicos, estéticos, fisioterapia, expedição de documentos, orientação psicológica e nutricional, e assistência jurídica.

Serviço:

O QUÊ: Campanha de Combate à Violência contra a Mulher;

QUANDO: Nesta terça-feira (11), a partir das 08h30;

ONDE: Na Praça de Eventos da Baixada, em Trizidela do Vale.

Inconformismo com fim do relacionamento é o principal motivo de violência contra a mulher em São Luís

SÃO LUÍS - O inconformismo do homem com o fim do relacionamento continua aparecendo como o principal motivador para a prática da violência contra a mulher. É o que revela pesquisa divulgada, nesta segunda-feira (10), pela Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís. Os dados mostram também que 51% das vítimas tiveram filhos com o agressor e 72% dos casos de agressões ocorreram dentro de casa. O estudo analisou informações dos processos de Medidas Protetivas de Urgência, em tramitação na unidade judiciária no ano passado. A divulgação para a imprensa ocorreu pela manhã no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), com as presenças do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e da corregedora-geral, desembargadores Cleones Cunha e Anildes Cruz; das juízas Rosária de Fátima Almeida Duarte (auxiliar da Corregedoria e titular da Vara da Mulher) e Suely de Oliveira Santos Feitosa (respondendo pela Vara da Mulher); da titular da 21ª Promotoria de Justiça, Márcia Haydee de Carvalho; e da representante do Comando de Segurança Comunitária da Polícia Militar, tenente Annyreh Corrêa. Na ocasião, o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, desembargador Paulo Velten, lançou o edital para publicação de artigos científicos sobre a temática violência de gênero, com o selo Edições Esmam. O presidente do TJ-MA falou sobre o resultado da pesquisa e destacou que a maioria dos casos de agressões foi praticada por ex-companheiros, ex-namorados ou ex-maridos que ficaram insatisfeitos simplesmente por receberem um não da mulher. O desembargador Cleones Cunha afirmou que, com a instalação da segunda Vara da Mulher, no Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha, que deve ocorrer dentro 90 dias, o Judiciário terá melhores condições de atender as vítimas de violência doméstica, somando com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela primeira vara, onde atualmente tramitam 8.162, sendo 1.316 medidas protetivas, 294 inquéritos policiais, 90 ações penais e 13 autos de prisão, entre outros (dados de 4 de julho). Pesquisa A juíza Suely Feitosa explicou que a pesquisa foi realizada pela equipe multidisciplinar da Vara da Mulher (psicólogo, assistentes sociais e comissários da infância e da juventude), com base nas informações constantes em 505 processos de Medidas Protetivas de Urgência, entre ativos e arquivados, distribuídos nos meses de janeiro a junho de 2016, e a análise dos dados ocorreu no período de agosto a dezembro do mesmo ano. Não integram o estudo os casos de feminicídio, porque esses processos tramitam nas Varas do Tribunal do Júri. Quanto ao perfil da vítima, a pesquisa mostrou que 35% tinham entre 26 e 34 anos de idade; 61% eram solteiras, 20% mantinham relacionamento de união estável e 16% declararam casadas; 51% disseram ter filhos com o agressor; 51% afirmaram que exercem algum tipo de atividade remunerada; e 20,2% eram donas de casa.

11/07/2017 Inconformismo com fim do relacionamento é o principal motivo de violência contra a mulher em São Luís - Imirante.com
<http://imirante.com/sao-luis/noticias/2017/07/10/inconformismo-com-fim-do-relacionamento-e-o-principal-motivo-de-violencia-contra-a-mulher-em-...> 2/2

O estudo apontou também que em apenas 10,3% dos processos pesquisados foi possível identificar o grau de instrução, sendo que dentre esses a maior concentração está no ensino superior (4,8 %), seguido do ensino médio completo (3,63%). Os dados revelam ainda que 93% das mulheres que buscaram medidas protetivas são maranhenses. Já os números relacionados ao bairro de moradia das vítimas apresentaram-se bastante pulverizados, sendo os locais com maior recorrência o Coroadinho (4%), Anjo da Guarda (3,6%) e São Raimundo

(3%); O estudo mostra também o perfil dos autores da violência, revelando que a faixa etária com maior incidência permanece de 26 a 34 anos (35% dos casos); 58% são solteiros, 18% vivem em união estável e 16% são casados; 40,6% dos agressores eram ex-companheiros das vítimas, enquanto 21,2% eram companheiros e 10,5% ex-namorados. Em 65% dos processos foi identificado o exercício de alguma atividade remunerada pelo homem, sendo as profissões ou ocupações com percentuais mais expressivos a de vigilante (8%), motorista (7%) e autônomo (6%). A análise dos dados revela, ainda, que em 71% dos processos não havia informação sobre o uso de bebida alcoólica, mas em 20% foi apontado o uso abusivo de álcool ou de outras drogas (11%). Os bairros de maior incidência de casos foram Vila Embratel, Coroadinho, Anjo da Guarda, São Francisco, Cidade Operária, São Raimundo, João Paulo como os mais recorrentes.

A equipe multidisciplinar procurou identificar além do perfil da vítima e do agressor, o tipo de violência de maior incidência praticada contra a mulher, ficando em primeiro lugar a violência psicológica (37%), seguida da violência moral/injúria (29%) e física (24%), sendo que 72% ocorreram dentro de casa e tendo como o principal motivador o inconformismo do agressor com o fim do relacionamento (32,8%). Dos casos possíveis de identificar, para a prática da violência houve uso de armas de fogo em 17% e 83% de arma branca como facas, além de outros objetos perfurocortantes. De acordo com a pesquisa, 84% das denúncias de violência que chegaram à Vara da Mulher foram originárias da Delegacia Especial da Mulher; 5% correspondem a outras delegacias e 4%, da Defensoria Pública do Estado. A análise dos 505 processos de Medidas Protetivas de Urgência mostrou que 31,4% das medidas solicitadas tiveram por objetivo o distanciamento do agressor em relação à vítima; seguida da proibição de manter contato (31,2%) e proibição de frequentar determinados locais como a residência e local de trabalho da ofendida (29,5%). Semana da Mulher A divulgação da pesquisa integra as atividades da II Semana Estadual de Valorização da Mulher, promovida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, Escola da Magistratura e da Associação dos Magistrados do Maranhão. A programação da semana vai até esta quarta-feira (12).

DPE-MA registra quase 600 casos de violência contra o idoso

SÃO LUÍS - Nos primeiros seis meses de 2017, a Defensoria Pública do Estado (DPE-MA) contabilizou 589 casos de abuso contra idosos, registrados pelo seu Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi). Figuram entre os casos de maior incidência a negligência, as violências física, psicológica e financeira, a autonegligência e o abandono. Os números foram destacados durante a abertura do Seminário “Conhecendo a Remedi e suas ramificações - O direito do idoso à justiça e direitos humanos pede passagem”. O evento, realizado nesta segunda-feira (10), no Fórum Sarney Costa, em parceria com Corregedoria Geral da Justiça, marcou ainda o encerramento da Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que este ano teve como tema “O direito do idoso pede passagem”.

O defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, destacou a necessidade de fortalecimento das redes de proteção com vistas à criação de mecanismos de defesa da população idosa. “A participação da Defensoria Pública não é apenas na garantia de direitos, mas também na animação da rede de proteção desse segmento. Queremos que ela se fortaleça e capilarize seu trabalho de sensibilização dentro do maior número de instituições possível, oportunizando a valorização contínua do idoso”, disse. Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ-MA), o desembargador Cleones Cunha, falou sobre a importância da adesão da sociedade como auxiliar das leis estabelecidas que garantem direitos à pessoa idosa. “Todos estamos aqui por amor à causa de respeito aos direitos e de valorização do idoso. Este é o motivo da união de todos nessa grande rede que promove este seminário. Fico feliz em estar aqui e encontrar pessoas motivadas pelo mesmo ideal. Óbvio que a lei garante direitos aos idosos, mas se não houver amor à causa, não adianta o argumento legal”, disse. Palestra O encerramento da campanha foi marcado pela palestra da juíza Oriana Gomes que abordou o tema “O direito dos idosos para a Justiça e direitos humanos”, destacando as diferenças ou indiferença de gênero, raça, etnia e classe social; construção da igualdade combatendo a discriminação, a igualdade e o papel do Estado no estabelecimento de diretrizes. Também estiveram presentes no evento a corregedora-geral da Justiça, a desembargadora Aníldes Cruz, o titular do Núcleo de Defesa do Idoso, Portador de Deficiência e da Saúde, da DPE, o defensor Cosmo Sobral da Silva, a coordenadora do Ciapvi e presidente da Associação Nacional de Gerontologia do Maranhão, Isabel de Fátima Lopizic, além de representantes do Fórum das Entidades Maranhenses de Defesa e Direito do Idoso, dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos do Idoso, da Associação Nacional de Gerontologia, dentre outras entidades.

Francisca Primo parabeniza TJMA pela 2ª Semana de Valorização da Mulher

08/07/2017 às 22:02 em [Política](#)

Deputada Estadual Francisca Primo (PCdoB). Foto: Divulgação

Em pronunciamento feito na tribuna na sessão da última quinta-feira (6), a deputada Francisca Primo (PCdoB) parabenizou o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão na pessoa do presidente, desembargador Cleones Cunha e da presidente da Coordenação da Mulher em situação de violência doméstica e familiar – CEMULHER – desembargadora Ângela Salazar, pelo empenho na luta da violência contra a mulher.

A deputada – que frisou a sua participação hoje pela manhã na abertura da Segunda Semana Estadual da Valorização da Mulher do Tribunal de Justiça -, afirmou ser de fundamental importância estas ações durante essa semana, para chamar ainda mais a atenção da sociedade – poder público e sociedade civil – para combater a violência contra a mulher. *“Juntos podemos combater essa violência e me atrevo a dizer que podemos, sim, um dia chegar a erradicar essa enfermidade que nos assombra dia a dia”*, disse, lembrando que a semana teve início e terá diversos eventos no decorrer da semana com atividades informativas e socioeducativas.

“Eu fiquei muito feliz que o Tribunal de Justiça colocou em vigor a lei que obriga as empresas contratadas pelo Tribunal a destinar 5% das suas vagas de empregos para as mulheres em situação de violência. Também foi muito gratificante ouvir do presidente do Tribunal de Justiça, que até em 90 dias implantará a Segunda Vara de Enfrentamento à Violência Doméstica no Estado do Maranhão. Mais uma vez quero deixar os meus parabéns ao doutor Cleones e à desembargadora Ângela Salazar”, finalizou a deputada.

Projeto NINAR

Na última terça-feira, 4, Francisca Primo também participou do lançamento do projeto NINAR, uma iniciativa do governo do Estado. Também participou da reunião com a secretária Especial de Políticas para as Mulheres, do governo Federal, Fátima Pelares.

MA- Posto de Registro Civil é reativado na Maternidade Benedito Leite

Sexta, 09 Junho 2017 17:05

A unidade funcionará de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h

São Luís - A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) determinou a instalação de uma Unidade de Registro Civil na Maternidade Benedito Leite, no bairro Cohab Anil, para fornecimento da Certidão de Nascimento aos recém-nascidos, antes da alta hospitalar. A emissão da primeira certidão aconteceu nesta quinta-feira (8), com a presença do juiz Clésio Coelho Cunha, que representou a CGJ na reativação da parceria.

A unidade funcionará interligada ao cartório da 4ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Luís, no mesmo bairro, e prestará serviço de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, exclusivamente para efetuar o registro e a emissão da certidão para crianças nascidas em partos no local.

A medida resultou do atendimento à solicitação da direção da maternidade, para reativação do posto que antes funcionava nas antigas instalações da rua do Norte, Centro. Um convênio entre a direção da maternidade e a serventia extrajudicial - intermediado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão - foi assinado, visando à instalação da unidade interligada.

Por meio do convênio, a Maternidade Benedito Leite cedeu as dependências e a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Estado doou móveis e equipamentos para equipar a sala onde funcionará o posto avançado. A Corregedoria Geral da Justiça é o órgão responsável pela supervisão e fiscalização dos serviços.

Mais duas unidades de Registro Civil de Nascimento funcionam em São Luís: Maternidade Marly Sarney e no Hospital Materno Infantil, para atendimento da clientela de cada um desses estabelecimentos.

CNJ - A instalação do posto cumpre o disposto no Provimento nº 13/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a emissão de certidões de nascimento em estabelecimentos de saúde que realizam partos e cumpre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento.

Fonte: Imirante

Defensoria Pública registra quase 600 casos de violência contra idosos

Nos primeiros seis meses de 2017, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) contabilizou 589 casos de abuso contra idosos, registrados pelo seu Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi). Figuram entre os casos de maior incidência a negligência, as violências física, psicológica e financeira, a autonegligência e o abandono. Os números foram destacados durante a abertura do Seminário “Conhecendo a Remadi e suas ramificações – O direito do idoso à justiça e direitos humanos pede passagem”.

O evento, realizado nesta segunda-feira (10), no Fórum Sarney Costa, em parceria com Corregedoria Geral da Justiça, marcou ainda o encerramento da Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que este ano teve como tema “O direito do idoso pede passagem”. O defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, destacou a necessidade de fortalecimento das redes de proteção com vistas à criação de mecanismos de defesa da população idosa. “A participação da Defensoria Pública não é apenas na garantia de direitos, mas também na animação da rede de proteção desse segmento. Queremos que ela se fortaleça e capilarize seu trabalho de sensibilização dentro do maior número de instituições possível, oportunizando a valorização contínua do idoso”, disse.

Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ/MA), o desembargador Cleones Cunha, falou sobre a importância da adesão da sociedade como auxiliar das leis estabelecidas que garantem direitos à pessoa idosa. “Todos estamos aqui por amor à causa de respeito aos direitos e de valorização do idoso. Este é o motivo da união de todos nessa grande rede que promove este seminário. Fico feliz em estar aqui e encontrar pessoas motivadas pelo mesmo ideal. Óbvio que a lei garante direitos aos idosos, mas se não houver amor à causa, não adianta o argumento legal”, disse.

Primeiro posto de registro civil de nascimento é inaugurado em São Luís

A meta é garantir que a mãe já saia da maternidade com o documento de registro do filho

Em 10 de julho de 2017

Com o objetivo de garantir aos recém-nascidos em hospitais públicos do Maranhão o primeiro direito à cidadania, a certidão de nascimento, o Governo do Estado inaugurou na última sexta-feira (7) o Posto Avançado de Registro Civil de Nascimento, na Maternidade Benedito Leite (Centro). A meta é garantir que a mãe já saia da maternidade com o documento de registro do filho, assim ela não precisa ir até um cartório para registrar a criança.

Este será o primeiro posto de atendimento na capital maranhense e o décimo primeiro em todo o Maranhão, que integra a política de combate ao subregistro da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, Secretaria de Estado de Saúde (Ses), o Comitê Estadual de Combate ao Subregistro, cartórios e prefeituras municipais.

De acordo com o secretário de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, a instalação do posto é um avanço nas políticas públicas de combate ao tráfico infantil e promoção da cidadania e direitos humanos. “A criança que sai do hospital registrada poderá ter acesso a outros benefícios sociais e demais políticas públicas, além de coibir a ação de criminosos e possibilitar que em situações mais graves e complexas de saúde, a criança possa ser deslocada para outras unidades”, explicou Francisco. Dentro da pasta estadual, a Sedihpop é responsável pela Coordenação de Promoção do Registro Civil de Nascimento, que atua nas políticas públicas de combate ao subregistro civil.

Em todo o Maranhão, já foram instalados postos nos municípios de São José de Ribamar, Anajatuba, Bom Jardim, Buriticupu, Pedreiras, Lago da Pedra, Vargem Grande, Chapadinha, Rosário e Coelho Neto. O próximo será na cidade de Codó, no dia 11 de julho. Conforme números do IBGE, cerca de 20,7% das crianças nascidas em 2014 não foram registradas pelas famílias - um total de 27.944 recém-nascidos em todo o estado.

Estiveram presentes na solenidade de descerramento da placa de inauguração do posto, o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves; o secretário estadual de Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula; a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz e demais autoridades.

Na prática, as parturientes são orientadas desde o período do pré-natal sobre a importância e obrigação em registrar o recém-nascido logo após o parto. E em situações nas quais o pai não estiver presente ou não for declarado no documento, o reconhecimento de paternidade poderá ser feito a qualquer tempo de forma gratuita nos cartórios.

A maternidade Benedito Leite realiza, semanalmente, 300 atendimentos. A expectativa do Governo do Estado é instalar 23 postos de Registro Civil de Nascimento em hospitais que realizam parto em diferentes cidades maranhenses.

DPE/MA registra quase 600 casos de violência contra o idoso

Nos primeiros seis meses de 2017, a Defensoria Pública do Estado (DPE-MA) contabilizou 589 casos de abuso contra idosos, registrados pelo seu Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi). Figuram entre os casos de maior incidência a negligência, as violências física, psicológica e financeira, a autonegligência e o abandono. Os números foram destacados durante a abertura do Seminário “Conhecendo a Remadi e suas ramificações - O direito do idoso à justiça e direitos humanos pede passagem”.

O evento, realizado nesta segunda-feira, 10/07, no Fórum Sarney Costa, em parceria com Corregedoria Geral da Justiça, marcou ainda o encerramento da Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que este ano teve como tema “O direito do idoso pede passagem”.

O defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, destacou a necessidade de fortalecimento das redes de proteção com vistas à criação de mecanismos de defesa da população idosa. *“A participação da Defensoria Pública não é apenas na garantia de direitos, mas também na animação da rede de proteção desse segmento. Queremos que ela se fortaleça e capilarize seu trabalho de sensibilização dentro do maior número de instituições possível, oportunizando a valorização contínua do idoso”,* disse.

Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ-MA), o desembargador Cleones Cunha, falou sobre a importância da adesão da sociedade como auxiliar das leis estabelecidas que garantem direitos à pessoa idosa. *“Todos estamos aqui por amor à causa de respeito aos direitos e de valorização do idoso. Este é o motivo da união de todos nessa grande rede que promove este seminário. Fico feliz em estar aqui e encontrar pessoas motivadas pelo mesmo ideal. Óbvio que a lei garante direitos aos idosos, mas se não houver amor à causa, não adianta o argumento legal”,* disse.

Palestra

O encerramento da campanha foi marcado pela palestra da juíza Oriana Gomes que abordou o tema “O direito dos idosos para a Justiça e direitos humanos”, destacando as diferenças ou indiferença de gênero, raça, etnia e classe social; construção da igualdade combatendo a discriminação, a igualdade e o papel do Estado no estabelecimento de diretrizes.

Também estiveram presentes no evento a corregedora-geral da Justiça, a desembargadora Aníldes Cruz, o titular do Núcleo de Defesa do Idoso, Portador de Deficiência e da Saúde, da DPE, o defensor Cosmo Sobral da Silva, a coordenadora do Ciapvi e presidente da Associação Nacional de Gerontologia do Maranhão, Isabel de Fátima Lopizic, além de representantes do Fórum das Entidades Maranhenses de Defesa e Direito do Idoso, dos

Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos do Idoso, da Associação Nacional de Gerontologia, dentre outras entidades.

Campanha

As atividades duraram cerca 40 dias, entre palestras, seminários, panfletagens e vários outros eventos que envolveram dezenas de atores que compõem a Rede de Proteção da Pessoa Idosa maranhense. A campanha, promovida anualmente pela DPE e parceiros, marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho, e tem como objetivo discutir estratégias de promoção de políticas públicas que oportunizem um envelhecimento digno, saudável e sem violência.

Governo inaugura primeiro posto de registro civil de nascimento em São Luís

10 de julho de 2017 às 11:52

Posto Avançado de Registro Civil da Benedito Leite foi inaugurado oficialmente na sexta. Foto: Divulgação

Com o objetivo de garantir aos recém-nascidos em hospitais públicos do Maranhão o primeiro direito à cidadania, a certidão de nascimento, o Governo do Estado inaugurou na sexta-feira (7) o Posto Avançado de Registro Civil de Nascimento, na Maternidade Benedito Leite (Centro). A meta é garantir que a mãe já saia da maternidade com o documento de registro do filho, assim ela não precisa ir até um cartório para registrar a criança.

Este será o primeiro posto de atendimento na capital maranhense e o décimo primeiro em todo o Maranhão, que integra a política de combate ao subregistro da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, Secretaria de Estado de Saúde (Ses), o Comitê Estadual de Combate ao Subregistro, cartórios e prefeituras municipais.

De acordo com o secretário de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, a instalação do posto é um avanço nas políticas públicas de combate ao tráfico infantil e promoção da cidadania e direitos humanos. "A criança que sai do hospital registrada poderá ter acesso a outros benefícios sociais e demais políticas públicas, além de coibir a ação de criminosos e possibilitar que em situações mais graves e complexas de saúde, a criança possa ser deslocada para outras unidades", explicou Francisco. Dentro da pasta estadual, a Sedihpop é responsável pela Coordenação de Promoção do Registro Civil de Nascimento, que atua nas políticas públicas de combate ao subregistro civil.

Posto Avançado de Registro Civil da Benedito Leite foi inaugurado oficialmente na sexta. Foto: Divulgação

Em todo o Maranhão, já foram instalados postos nos municípios de São José de Ribamar, Anajatuba, Bom Jardim, Buriticupu, Pedreiras, Lago da Pedra, Vargem Grande, Chapadinha, Rosário e Coelho Neto. O próximo será na cidade de Codó, no dia 11 de julho. Conforme números do IBGE, cerca de 20,7% das crianças nascidas em 2014 não foram registradas pelas famílias - um total de 27.944 recém-nascidos em todo o estado.

Estiveram presentes na solenidade de descerramento da placa de inauguração do posto, o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves; o secretário estadual de Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula; a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz e demais autoridades.

Na prática, as parturientes são orientadas desde o período do pré-natal sobre a importância e obrigação em registrar o recém-nascido logo após o parto. E em situações nas quais o pai não estiver presente ou não for declarado no documento, o reconhecimento de paternidade poderá ser feito a qualquer tempo de forma gratuita nos cartórios.

A maternidade Benedito Leite realiza, semanalmente, 300 atendimentos. A expectativa do Governo do Estado é instalar 23 postos de Registro Civil de Nascimento em hospitais que realizam parto em diferentes cidades maranhenses.

Prédios lacrados voltam a ser invadidos em SL

10/07/2017

Situação foi observada no antigo prédio da Oleama, no Desterro, e no Edifício João Goulart, na Praça Pedro II; dependentes químicos frequentam esses espaços

SÃO LUÍS - Prédios abandonados e lacrados voltaram a ser utilizados como abrigo para moradores de rua no Centro Histórico de São Luís. Anteriormente esses imóveis haviam sido lacrados para evitar que dependentes químicos entrassem em suas dependências para fazer consumo de drogas, contudo essa situação está acontecendo novamente.

Um desses prédios era a antiga empresa Oleaginosas Maranhense S/A (Oleama), localizado no Desterro, ao lado do Convento das Mercês. Em janeiro do ano de 2015, um trabalho conjunto da Prefeitura de São Luís e o Governo do Estado lacrou com tijolos a entrada dos imóveis, que eram invadidos por usuários de crack.

Depois dessa ação, que se estendeu para outros prédios da localidade, os dependentes químicos foram encaminhados para instituições de apoio, onde tiveram atendimentos psicológicos e de desintoxicação.

Ocupação

Contudo, a ocupação no prédio voltou a acontecer. Apesar das entradas principais continuarem lacrada com tijolos, foi feito um buraco na parede lateral do prédio por onde os dependentes químicos entram para fazer uso de substâncias entorpecentes. Dentro do prédio, alguns utensílios domésticos e restos de roupas são sinais da presença de pessoas no espaço.

Em anos anteriores, o local era frequentado por usuários de droga. Por causa da presença deles, as pessoas evitavam passar nas proximidades, com medo de terem seus pertences roubados e depois trocados por droga. Brigas entre os usuários eram frequentes na localidade. Por causa do alto consumo de entorpecentes na região, diversos crimes já foram registrados dentro e nas proximidades do prédio da antiga Oleama, inclusive homicídios.

Mais um

Outro prédio que voltou a ser ocupado, mesmo depois de lacrado, é o edifício João Goulart, localizado na Praça Pedro II. O imóvel foi a sede do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) na capital maranhense durante a década de 1960.

O prédio foi um dos primeiros a ser inaugurados na capital maranhense e chamava atenção dos ludovicenses por causa da sua estrutura singular. Desocupado, tapumes foram colocados em volta do prédio, sinalizando que seriam iniciadas reformas, no entanto, muitos deles caíram com o passar do tempo e nenhuma obra foi realizada.

Depois dos tapumes, foram erguidas paredes de tijolos nas entradas do prédio, para evitar que vândalos adentrassem. Mas, da mesma forma como aconteceu com o prédio da antiga Oleama, um buraco na parede lateral foi feito e o ambiente voltou a ser frequentado. Em um dos andares superiores do João Goulart existe até

colchões e outros restos de móveis utilizados pelas pessoas que frequentam o espaço, possivelmente dependentes químicos.

SAIBA MAIS

Tanto o prédio da antiga Oleama, quanto o Edifício João Goulart, estão com a estrutura física danificada e precisando urgentemente de reforma. Para o primeiro ainda não foi dada uma destinação definitiva. Já o segundo deve abrigar instalações do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Maternidade ganha posto de registro civil em São Luís

Posted by: [editor](#) in [Notícias](#) 1 hora ago 0 9 Views

Com o objetivo de garantir aos recém-nascidos em hospitais públicos do Maranhão o primeiro direito à cidadania, a certidão de nascimento, o Governo do Estado inaugurou o Posto Avançado de Registro Civil de Nascimento, na Maternidade Benedito Leite (Centro). A meta é garantir que a mãe já saia da maternidade com o documento de registro do filho, assim ela não precisa ir até um cartório para registrar a criança.

Este será o primeiro posto de atendimento na capital maranhense e o décimo primeiro em todo o Maranhão, que integra a política de combate ao subregistro da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, Secretaria de Estado de Saúde (Ses), o Comitê Estadual de Combate ao Subregistro, cartórios e prefeituras municipais.

Em todo o Maranhão, já foram instalados postos nos municípios de São José de Ribamar, Anajatuba, Bom Jardim, Buriticupu, Pedreiras, Lago da Pedra, Vargem Grande, Chapadinha, Rosário e Coelho Neto. O próximo será na cidade de Codó, no dia 11 de julho. Conforme números do IBGE, cerca de 20,7% das crianças nascidas em 2014 não foram registradas pelas famílias - um total de 27.944 recém-nascidos em todo o estado.

Fonte:Portal Guara.

DPE registra quase 600 casos de violência contra o idoso só este ano

Nos primeiros seis meses de 2017, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) contabilizou 589 casos de abuso contra idosos, registrados pelo seu Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi).

Figuram entre os casos de maior incidência a negligência, as violências física, psicológica e financeira, a autonegligência e o abandono. Os números foram destacados durante a abertura do Seminário “Conhecendo a Remadi e suas ramificações - O direito do idoso à justiça e direitos humanos pede passagem”.

O evento, realizado nesta segunda-feira (10), no Fórum Sarney Costa, em parceria com Corregedoria Geral da Justiça, marcou ainda o encerramento da Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que este ano teve como tema “O direito do idoso pede passagem”.

O defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, destacou a necessidade de fortalecimento das redes de proteção com vistas à criação de mecanismos de defesa da população idosa. “A participação da Defensoria Pública não é apenas na garantia de direitos, mas também na animação da rede de proteção desse segmento. Queremos que ela se fortaleça e capilarize seu trabalho de sensibilização dentro do maior número de instituições possível, oportunizando a valorização contínua do idoso”, disse.

Palestra - O encerramento da campanha foi marcado pela palestra da juíza Oriana Gomes que abordou o tema “O direito dos idosos para a Justiça e direitos humanos”, destacando as diferenças ou indiferença de gênero, raça, etnia e classe social; construção da igualdade combatendo a discriminação, a igualdade e o papel do Estado no estabelecimento de diretrizes.

Campanha - As atividades duraram cerca 40 dias, entre palestras, seminários, panfletagens e vários outros eventos que envolveram dezenas de atores que compõem a Rede de Proteção da Pessoa Idosa maranhense. A campanha, promovida anualmente pela DPE e parceiros, marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho, e tem como objetivo discutir estratégias de promoção de políticas públicas que oportunizem um envelhecimento digno, saudável e sem violência.

Família denuncia demora em cirurgia de idoso na rede pública de saúde em SL

10/07/17 - Um aposentado foi diagnosticado com um problema na bexiga e depende de um leito para fazer o procedimento cirúrgico. Só que a espera já dura três meses. Os familiares, que denunciam o caso, conseguiram na Justiça uma liminar para que ele fosse transferido de hospital. Decisão que não foi respeitada.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informa que o laudo do paciente não está atualizado, o que impede mais detalhamento da situação clínica dele. A obrigação legal de atualização do leito é da unidade onde o paciente se encontra; no caso, do município de São Luís. A SES esclarece ainda que o paciente está em uma unidade de saúde que tem todo o suporte para atendê-lo. A SES acrescenta que o Hospital Carlos Macieira não é a única unidade de referência em tratamento urológico e que não há registro de que a acompanhante do paciente tenha estado na unidade procurando informações. A direção do hospital esclarece ainda que a unidade acolhe e recebe todos que a procuram.

Em nota, o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA) informa que não recebeu, até o momento, nenhuma liminar judicial referente a internação do paciente José Maria dos Santos. Apenas consta no sistema a solicitação de internação pela regulação do município, que foi indeferida por se tratar de um caso de urgência urológica. O serviço de urologia do HUUFMA não realiza procedimento de urgência, apenas internações eletivas com avaliação ambulatorial prévia.

A Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) informa que o paciente José Santos está recebendo todo o atendimento disponível na unidade para a sua condição, e que a secretaria está regulando um leito para que o paciente faça a cirurgia no Hospital Universitário.

Inconformismo com separação é o principal motivo da violência contra a mulher

Pesquisa divulgada nesta segunda-feira (10), pela Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís, aponta que inconformismo do homem com o fim do relacionamento continua sendo o principal motivo para a prática da violência contra a mulher. Os dados mostram também que 51% das vítimas tiveram filhos com o agressor e 72% dos casos de agressões ocorreram dentro de casa. O estudo analisou informações dos processos de Medidas Protetivas de Urgência, em tramitação na unidade judiciária no ano passado.

O presidente do TJMA, Cleones Cunha, afirma que, com a instalação da segunda Vara da Mulher, no Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha, que deve ocorrer dentro 90 dias, o Judiciário terá melhores condições de atender as vítimas de violência doméstica, somando com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela primeira vara, onde atualmente tramitam 8.162 (dados de 04 de julho).

A juíza Suely Feitosa explicou que a pesquisa foi realizada pela equipe multidisciplinar da Vara da Mulher (psicólogo, assistentes sociais e comissários da infância e da juventude), com base nas informações constantes em 505 processos de Medidas Protetivas de Urgência, entre ativos e arquivados, distribuídos nos meses de janeiro a junho de 2016, e a análise dos dados ocorreu no período de agosto a dezembro do mesmo ano.

Não integram o estudo os casos de feminicídio, porque esses processos tramitam nas Varas do Tribunal do Júri.

A pesquisa mostra que 35% vítimas têm entre 26 e 34 anos de idade; 61% eram solteiras, 20% mantinham relacionamento de união estável e 16% se declararam casadas; 51% disseram ter filhos com o agressor; 51% afirmaram que exercem algum tipo de atividade remunerada; e 20,2% eram donas de casa. Os números relacionados ao bairro de moradia das vítimas, apresentaram-se bastante pulverizados, sendo os locais com maior recorrência o Coroadinho (4%), Anjo da Guarda (3,6%) e São Raimundo (3%);

O estudo mostra também o perfil dos autores da violência, revelando que a faixa etária com maior incidência permanece de 26 a 34 anos (35% dos casos); 58% são solteiros, 18% vivem em união estável e 16% são casados; 40,6% dos agressores eram ex-companheiros das vítimas, enquanto 21,2% eram companheiros e 10,5% ex-namorados. Em 65% dos processos foi identificado o exercício de alguma atividade remunerada pelo homem, sendo as profissões ou ocupações com percentuais mais expressivos a de vigilante (8%), motorista (7%) e autônomo (6%). A análise dos dados revela, ainda, que em 71% dos processos não havia informação sobre o uso de bebida alcoólica, mas em 20% foi apontado o uso abusivo de álcool ou de outras drogas (11%). Os bairros de maior incidência de casos foram Vila Embratel, Coroadinho, Anjo da Guarda, São Francisco, Cidade Operária, São Raimundo, João Paulo como os mais recorrentes.

O tipo de violência de maior incidência é a violência psicológica (37%), seguida da violência moral/injúria (29%) e física (24%), sendo que 72% ocorreram dentro de casa e tendo como o principal motivador o inconformismo do agressor com o fim do relacionamento (32,8%).